

09/02/2010

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 23.922 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA  
RECTE. (S) : GRANVILE EVARISTO DE CASTRO  
ADV. (A/S) : RONNIE PREUSS DUARTE E OUTRO (A/S)  
RECD. (A/S) : UNIÃO  
ADV. (A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**EMENTA: SERVIDOR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.**

Revisão da punição anteriormente imposta. Afastada a aplicação do art. 174 da Lei 8.112/1990, a revisão *ex officio* tem fundamento nos arts. 114 e 169 daquele diploma. Precedente: RMS 24.308-AgR, rel. min. Ellen Gracie.

Anulação de todos os atos do processo e o seu reinício. Violação ao princípio do *non bis in idem*: inexistência. Precedente: MS 23.146, rel. min. Sepúlveda Pertence.

Imparcialidade. O fato de a mesma autoridade ter praticado vários atos no processo não conduz, necessariamente, a julgamento parcial. Impedimento que deve ser alegado no momento próprio, em sede administrativa.

Recurso ordinário a que se nega provimento.

**A C Ó R D ã O**

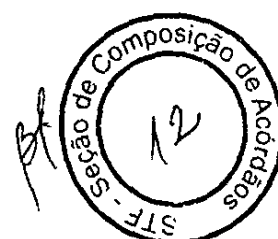
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Brasília, 09 de fevereiro de 2010.

  
JOAQUIM BARBOSA

-

Relator



09/02/2010

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 23.922 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**  
**RECTE. (S)** : GRANVILE EVARISTO DE CASTRO  
**ADV. (A/S)** : RONNIE PREUSS DUARTE E OUTRO(A/S)  
**RECD. (A/S)** : UNIÃO  
**ADV. (A/S)** : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**R E L A T Ó R I O**


**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):** Trata-se de recurso ordinário de acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em mandado de segurança impetrado por ex-servidor público.

O servidor sofreu advertência em janeiro de 1999, imposta em ato do delegado da Receita Federal em João Pessoa (fls. 29). Baseou-se aquele ato em relatório de comissão que concluiu pela violação do art. 116, I, da Lei 8.112/1990 (ausência de zelo e dedicação às atribuições do cargo). Consta do relatório (fls. 22-25) que o ex-servidor lavrou Termo de Encerramento de Fiscalização que dava por regular a situação fiscal da empresa Lojas Primavera Comércio de Móveis Ltda no ano de 1993. Posteriormente, em 1998, foi realizada nova auditoria na empresa, que concluiu pela existência de débitos relativos ao ano de 1993. Em sua defesa, o servidor admitiu que o termo por

**RMS 23.922 / DF**

ele lavrado não correspondia aos documentos que analisara e afirmou ter se equivocado.

Ainda em 1999, a Corregedoria-Geral da Receita Federal elaborou substancial relatório sobre o caso (fls.31-48). Concluiu que os fatos não poderiam ter sido apenados com advertência. O convencimento da Corregedoria fundou-se nas seguintes circunstâncias: (i) o servidor era auditor-fiscal com mais de 10 anos de experiência; (ii) o servidor entregara a outros a incumbência de redigir atos relativos à ação fiscal; (iii) não havia justificativa plausível para atestar a regularidade fiscal da empresa diante das evidências recolhidas (documentos de arrecadação sem quitação); (iv) o servidor não fizera uso do sistema informatizado disponibilizado aos auditores, que lhe permitiria verificar a irregularidade da situação fiscal da empresa quanto ao imposto de renda da pessoa jurídica; (v) era possível verificar, a partir da documentação existente (notas fiscais, livros de saída), que a empresa, ao contrário do que declarado, tivera movimento no ano de 1993; (vi) não fosse o cuidado de outros auditores lotados na mesma delegacia, a conduta do servidor certamente teria resultado em desfalque na arrecadação, pois, à vista de um termo de quitação como fora por ele lavrado, a empresa certamente não figuraria



**RMS 23.922 / DF**

nas próximas listas de fiscalização por amostragem. Ao final, anotou a Corregedoria:

*"Atente-se para os opostos. De um lado, a situação verdadeira, real, comprovada nos autos pelo exercício regular da ação fiscal, que declarou o contribuinte inadimplente em relação a todos os tributos; de outro, a situação inverídica, mas igualmente comprovada nos autos, construída pelo exercício ímprobo da ação fiscal, que assevera ter o mesmo contribuinte recolhido todos os tributos" (fls. 43).*

Em conclusão (fls. 47-48), a Corregedoria recomendou a declaração da nulidade do processo e a instauração de novo procedimento. Fundamentou sua opinião nos arts. 114 e 169 da Lei 8.112/1990. Considerando os fatos e a fundamentação constante do documento da Corregedoria, o então Secretário da Receita Federal, Sr. Everardo Maciel, declarou a nulidade do processo administrativo disciplinar conduzido pela delegacia e da pena imposta pelo delegado. Determinou também a constituição de nova comissão de inquérito para apuração dos fatos.

As conclusões do relatório da nova comissão foram sintetizadas em documento da Corregedoria datado de novembro de 1999 (fls. 52-58). Leio:

*"Ficou provado pelo colegiado processante que o Auditor Fiscal Granville estava plenamente capacitado, pela sua formação profissional (ciências contábeis), pelo curso de formação na ESAF e pela experiência na atividade de fiscalização externa (à época dos fatos, era de, aproximadamente, quinze anos), a executar*

RMS 23.922 / DF

corretamente a ação fiscal sob sua responsabilidade, com o lançamento do crédito tributário devido, procedimento a que estava obrigado pelo parágrafo único do art. 142 do Código Tributário Nacional (A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional)."

A Corregedoria concluiu que o servidor era responsável por infrações aos arts. 132, IV (improbidade administrativa) e 117, IX (valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem), da Lei 8.112/1990. Recomendou a aplicação da pena de demissão. Na qualidade de Secretário da Receita, o Sr. Everardo Maciel, concordou com o documento e determinou o envio ao Ministro da Fazenda, autoridade competente para impor a pena de demissão, nos termos do Decreto 3.035/1999.

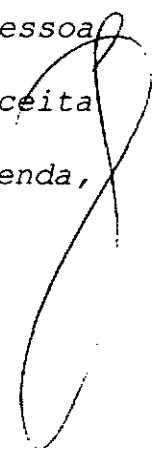
Em 13 de abril de 2000, na qualidade de Ministro da Fazenda interino, o Sr. Everardo Maciel impôs a pena de demissão ao servidor. A portaria foi publicada no DOU de 14 de abril de 2000.

No mandado de segurança, o servidor alega, em suma, desrespeito ao princípio do *non bis in idem*. Aponta precedentes do Supremo Tribunal Federal (Súmula 19). Diz que a Lei 8.112, em seu art. 174, prevê que a revisão do processo administrativo só será realizada em benefício do servidor e se existentes fatos novos. Alega que o fato de o Sr. Everardo Maciel ter praticado vários atos no processo (anulação do procedimento originário,

RMS 23.922 / DF

nomeação da nova comissão, imposição da pena de demissão) indica que o julgamento teria sido parcial.

A segurança foi denegada em acórdão unânime proferido em Terceira Seção do STJ em 22 de outubro de 2000. O voto do rel. min. Felix Fischer afastou todas as irregularidades apontadas pelo impetrante. Anotou Sua Excelência que o art. 174 da Lei 8.112 permite a revisão da conclusão do processo administrativo disciplinar a qualquer tempo, ex officio. Registrou, também, que o princípio do *non bis in idem* fora devidamente respeitado, visto que o primeiro processo e a respectiva punição foram devidamente anulados antes da constituição de nova comissão de inquérito e da realização de novo processo, que culminaram na pena de demissão. Por fim, no que se refere à suspeita decorrente da participação da mesma pessoa em diferentes atos processuais, o min. Felix Fischer anotou que fora respeitada a competência prevista em lei para a instauração do processo e para a imposição da sanção. Assim, nas palavras de Sua Excelência, "o simples fato de, por coincidência, em momentos distintos do processo, a mesma pessoa ter atuado na sua instauração, como Secretário da Receita Federal, e no julgamento, como Ministro de Estado da Fazenda, não acarreta nulidade por suposto impedimento".

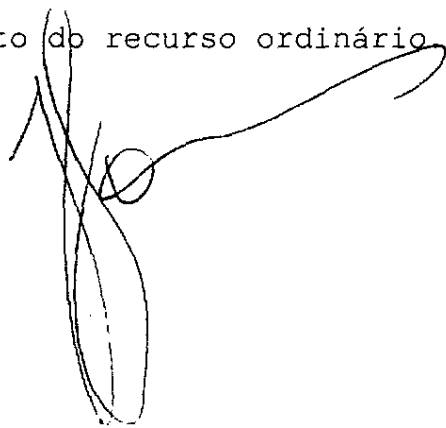


**RMS 23.922 / DF**

O recurso ordinário reitera a matéria deduzida na inicial. Volta a dizer ser inaplicável ao caso o instituto da revisão do processo administrativo disciplinar, previsto no art. 174 da Lei 8.112/1990. Diz ainda que sua situação difere do precedente mencionado pelo STJ (MS 23.146, rel. min. Sepúlveda Pertence).

A Procuradoria Geral da República opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso ordinário.

É o relatório.



RMS 23.922 / DF

V O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): A declaração da nulidade do processo que conduziu à aplicação da pena de advertência não pode apoiar-se no disposto no art. 174 da Lei 8.112/1990. Trata aquele dispositivo da revisão em benefício do servidor que sofreu punição disciplinar. Conforme reconhecido pela min. Ellen Gracie em caso idêntico (RMS 24.308-AgR, Primeira Turma, DJ 25.04.2003), a situação descrita nos autos é de revisão ex officio de ato administrativo e não de aplicação do art. 174.

A menção àquele dispositivo, no entanto, não tem qualquer efeito prático sobre o ato praticado pelo Ministro da Fazenda. Extrai-se do afirmado pela Corregedoria a fls. 47-48 que a revisão do processo originário foi regularmente fundamentada nos arts. 114 e 169 da Lei 8.112/1990, e não no art. 174. Os dispositivos que fundamentaram o ato que anulou o processo e a punição originalmente impostas têm o seguinte teor:

"Art. 114. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade."

"Art. 169. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo




*ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo."*

O afastamento do art. 174 não invalida qualquer um dos outros fundamentos do acórdão. Em verdade, o acórdão do STJ aplicou de forma correta precedente desta Corte no sentido de que a anulação total do processo original e a sua retomada desde o início, ainda que se refiram aos mesmos fatos, não viola o princípio do *non bis in idem*. Tratava-se, no MS 23.146, DJ 24.09.1999, de situação idêntica, em que servidor apenado com suspensão fora posteriormente demitido por improbidade administrativa em virtude de revisão *ex officio* determinada pelo interesse público. Nas palavras do voto então proferido pelo rel. min. Sepúlveda Pertence:

*"O segundo fundamento é o da Súmula 19, que veda o bis in idem: sua improcedência é manifesta, uma vez que, malgrado imputadas ambas as punições à mesma infração funcional, a primitiva - ou seja, suspensão - foi anulada por autoridade superior, o Presidente da República, para decretar a demissão, que entendeu ser a sanção legal adequada à falta praticada."*

Aplicando o precedente, o STJ não destoou do entendimento desta Corte sobre o tema.

Resta apreciar o suposto vício decorrente da participação do Sr. Everardo Maciel em diferentes atos do processo. Segundo o recorrente, essa participação levanta sérias

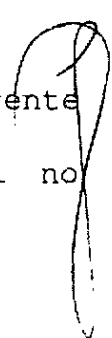


**RMS 23.922 / DF**

suspeitas sobre a imparcialidade do julgamento, visto que, conforme afirma na inicial, o Sr. Everardo Maciel o consideraria seu inimigo pessoal.

Do ponto de vista da conformidade com o texto legal, a competência para a prática dos atos foi devidamente respeitada. Como apontado pelo min. Felix Fischer, é a Lei 8.112/1990 que disciplina a competência para instauração e julgamento do processo disciplinar. De acordo com o art. 166, a competência para julgar o processo, em regra, é da autoridade que determinou a sua instauração. No caso concreto, à vista das informações obtidas pela Corregedoria, o Secretário da Receita Federal agiu como superior hierárquico do delegado em João Pessoa, decretando a nulidade da pena imposta pelo subordinado (o "chefe da repartição", art. 141, III, da Lei 8.112/1990). A atribuição para praticar tal ato decorre do art. 169 da mesma lei, que diz competir a autoridade que instaurou o processo ou outra de hierarquia superior anular o processo em que presente vício insanável. Quanto à imposição da pena de demissão, cabia, em tese, ao Presidente da República (art. 141, I, da Lei 8.112/1990), tendo sido delegada, em 1999, ao Ministro de Estado da Fazenda (art. 1º, I, do Decreto 3.035/1999).

Por outro lado, não consta nos autos que o recorrente tenha alegado a suposta inimizade do Sr. Everardo Maciel no



**RMS 23.922 / DF**

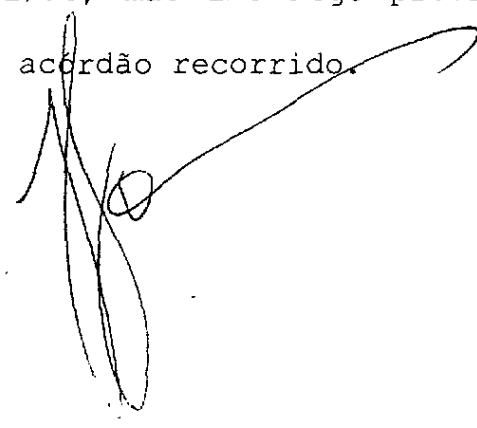
decorrer do processo administrativo. As informações prestadas pelo Ministério da Fazenda indicam exatamente o contrário. Leio a fls. 70:

*"12. (...) De fato, não se registra nos autos do processo, ora impugnado pelo impetrante, nenhum protesto atinente ao cerceamento de defesa ou suspeição dos membros da Comissão Processante. (...)"*

A relação de inimizade não foi alegada no momento próprio e não foi provada nestes autos. O fato objetivo - coincidência na ocupação de diferentes cargos pela mesma autoridade - não conduz, necessariamente, a um julgamento parcial.

Do exposto, conheço do recurso, afasto a aplicação do art. 174 da Lei 8.112/90, mas lhe nego provimento, mantidos os outros fundamentos do acórdão recorrido.

É o voto.



**SEGUNDA TURMA****EXTRATO DE ATA****RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 23.922**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA**

RECTE.(S) : GRANVILE EVARISTO DE CASTRO

ADV.(A/S) : RONNIE PREUSS DUARTE E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** Negado provimento ao recurso por votação unânime. Ausente, licenciado, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 09.02.2010.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Ellen Gracie, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo da Rocha Campos.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador